

Um exemplo da diplomacia solidária: o Brasil no Haiti

TEXTO: RICARDO SEITENFUS*

Desde meados de 2004 o Brasil está à frente de uma força multilateral de estabilização no Haiti (MINUSTAH) criada pelo Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas através da Resolução 1542. Além de comandá-la, o Brasil ainda contribui com 1.200 soldados encarregados da manutenção da ordem e da segurança no país caribenho.

Quais foram as razões que levaram Brasília a tomar esta inédita iniciativa? As intervenções decorrem de dois grupos de fatores: por um lado, a existência de interesses pontuais, sejam eles financeiros, militares, estratégicos, políticos, diplomáticos ou de prestígio, que convençam o Estado interventor. Por outro, a pressão de sua opinião pública a exigir o fim, por exemplo, do martírio da população civil em zona de conflito.

Ora, nenhum destes fatores esteve na raiz da decisão brasileira. Esta foi tomada porque a solicitação emanava das Nações Unidas que possuem legitimidade e legalidade para tal e, sobretudo, porque o governo brasileiro percebeu que se tratava de uma obrigação moral com claro conteúdo ético. Todavia, ela pode ser percebida como emanção dos princípios kantianos de um direito cosmopolita. Ou seja, de uma moral que se transforma em direito e em dever.

O Chanceler brasileiro, embaixador Celso Amorim, fornece uma valiosa e original contribuição à teo-



Seitenfus (d) no Haiti com Marco Aurélio Garcia, assessor de Lula

ria desta que pode ser definida como uma diplomacia solidária ao declarar que o Brasil está "profundamente comprometido no Haiti, política e emocionalmente, e isso no longo prazo". Ele indica que os parâmetros sobre os quais o Brasil tomou a decisão de intervir devem ser compreendidos à luz de critérios outros que os decorrentes da fria razão (ou interesse) de Estado.

Pela primeira vez na história da ONU um grupo de Estados que apresentam um perfil médio no sistema internacional tomam a frente de uma operação de paz. A inédita composição do grupo de Estados mediadores coloca a indagação sobre o fato de nos encontrarmos no limiar de uma

nova etapa da mediação e da solução de conflitos, através de um instrumento coletivo e desinteressado.

Esta condição lhes proporciona uma capacidade suplementar baseada na forma desapaixonada e na neutralidade de ação – elementos indispensáveis à mediação. Todavia, há um problema grave suscitado pela diplomacia solidária: os mediadores não dispõem de condições para fornecer garantias reais ao cumprimento do que for acordado. O único caminho que resta para a indispensável busca da eficácia e de resultados concretos consiste em transferir ao CS a responsabilidade de sustentar materialmente as decisões adotadas.

* Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais de Genebra, é Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria e Diretor da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Autor, entre outras, das obras *Haiti: a soberania dos ditadores (esgotado)* e *Relações Internacionais* (Editora Manole). Foi Enviado Especial do governo brasileiro ao Haiti. Suas obras estão em livre acesso no sítio www.seitenfus.com.br

Além disso, quando soma-se ao indispensável restabelecimento da segurança a necessidade de projetos de desenvolvimento sócio-econômico – tal como ocorre no Haiti – surge a possibilidade da cooperação triangular associando um país desenvolvido na empreitada. Neste sentido, Alemanha e Brasil poderão coordenar ações conjuntas no Haiti tal como foi mencionado quando da recente visita do Chanceler alemão Frank-Walter Steinmeier a Brasília. Assim, por exemplo, existe a possibilidade de transferir tecnologias na área da segurança alimentar desenvolvida pela Embrapa brasileira com o concurso e apoio de Berlim do GTZ, do Ministério da Cooperação e Desenvolvimento da Alemanha.

Além da cooperação social, econômica e de reconstrução do país bem como da manutenção de um nível razoável de segurança, o Brasil apóia os esforços da ONU e da OEA para tornar possível a convivência política. Sugerimos que o recém empossado Presidente, René Préval, proponha a assinatura de um Pacto de Garantias e Liberdades Democráticas com todas as forças políticas, institucionais e sociais do país. O respeito a este futuro Pacto permitirá que o Haiti transite da ditadura para a democracia e faça da alternância no poder um fenômeno corrente e aceitável por todos.

Nossas características nacionais e a visão de mundo que delas decorrem podem ser utensílios valiosos para que se construam pontes de diálogo entre as diferentes facções haitianas. Trata-se de um trabalho complexo de ourives, ouvidor e conselheiro. Dele depende a construção de um novo Haiti que somente poderá advir do resultado da vontade coletiva dos haitianos que expressou-se na memorável jornada eleitoral de 7 de fevereiro de 2006.

A recuperação da infra-estrutura e os projetos sócio-econômicos que objetivam amenizar os gravíssimos problemas com os quais o Haiti se defronta – particularmente no tecido urbano. O Haiti integra a tristemente célebre lista dos "países menos

avanzados" como único representante do continente americano. O mais grave é que a recorrente crise política faz com que este país, já paupérrimo, empobreça ainda mais a cada ano.

É indispensável que a espiral da violência e do empobrecimento na qual ingressou o Haiti seja interrompida. Ora, tal desafio somente poderá ser vencido com a colaboração estrangeira. O Brasil, não dispondo de recursos financeiros, propôs sua expertise nas ações em que colheu extraordinários resultados, como é o caso da experiência dos catadores de lixo. Seria razoável e humanamente aceitável que o Brasil dotado de muitos predicados para a cooperação internacional viesse a se furtar a colaborar com o povo mais pobre do continente?

Não somente o Brasil agiu corretamente ao enviar tropas ao Haiti, mas sobretudo o fez desprovido de todo e qualquer interesse que não fosse o de servir às causas mais nobres da humanidade. Desta intervenção não pode sair nenhum proveito material para o Estado brasileiro, mas tão somente a satisfação de obedecer a um dever de consciência e de dar forma real a valores outrora não mais que retóricos.

Nestes tempos onde o interesse material se sobrepõe à solidariedade, a atitude do Brasil, associada à de outros países latino-americanos e em desenvolvimento, mostra que estamos construindo uma sociedade no Hemisfério na qual o Haiti terá o seu lugar.

Caso a diplomacia solidária consiga colher frutos no Haiti surgirá um novo modelo de mediação e de intervenção. Será uma opção sulista capaz de criar nova alternativa aos conflitos envolvendo os Estados em

desenvolvimento em um sistema internacional marcado por um visão simplista e dicotômica das relações internacionais.

A complexidade da atual transição política no Haiti não deve camuflar os verdadeiros e inadiáveis desafios do país. A indispensável realização de eleições competitivas e leais foi uma etapa e não um objetivo isolado e conclusivo. Caso contrário, a democracia representativa, ausente de um conteúdo social capaz de resgatar um mínimo de dignidade a milhões de haitianos que sobrevivem em condições sub-humanas, será um simples jogo de cena da centena de partidos políticos locais com a convivência da comunidade internacional.

Este breve relato permite avaliar a imensa responsabilidade da comunidade internacional no deslinde da atual crise. Sejam claros e diretos: o Haiti – um país sob transfusão – é economicamente inviável e politicamente impossível caso deixado à própria sorte. Todavia a cooperação estrangeira, que fez do Haiti o país mais auxiliado no mundo por habitante, colheu somente amargos frutos.

Os recorrentes fracassos da comunidade internacional, dividida entre indiferença e intervenção paternalista, exigem um repensar de sua estratégia de ação no Haiti. Esta a tarefa primeira da diplomacia solidária. Para alcançar objetivos mínimos, além de recursos financeiros e do apoio técnico provenientes do exterior, o Haiti clama pela areté grega, ou seja, homens e mulheres orientados pela busca do bem comum.

Esperemos que a diplomacia solidária, sob inspiração da América Latina, especialmente do Brasil, consiga reverter o tenebroso quadro haitiano colocando um termo ao caos e à extrema dependência que precipitaram a antiga Pérola das Antilhas aos baixios da desumanidade. Para tal é indispensável que os países desenvolvidos associem-se à empreitada. Somente assim alcançaremos um mundo menos injusto e conseqüentemente mais pacífico. ■